

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 14 319/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Dezembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Brígida Bernardo da Silva, natural de Calequisse, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 6 de Novembro de 1984, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 320/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Emília Gomes Ramos, natural de São Salvador, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 15 de Maio de 1953, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

13 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 321/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paula Pereira Tavares, natural de São Jorge de Arroios, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 22 de Setembro de 1982, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 322/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria de Fátima da Silva Alves Gomes Souto Amado, natural de São Lourenço, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 4 de Dezembro de 1974, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 323/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Vera Lúcia Rodrigues Dias, natural de Albufeira, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 2 de Novembro de 1983, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 324/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 3 de Outubro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Bipinchandra Ramniklal Chokshi, natural de Dar Es Sallam, República Unida da Tanzânia, de nacionalidade tanzaniana, nascido em 30 de Agosto de 1956, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as

alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 325/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Paulo Rafael Nassalam, natural de Ziguinchor, República do Senegal, de nacionalidade guineense, nascido em 25 de Julho de 1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 14 326/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 25 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Domingas Dias Monteiro Moreira, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 6 de Agosto de 1958, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

14 de Julho de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 17 476/2007**

1 — Ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, e 2 do artigo 6.º e no artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, no artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, e no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, deogo no inspector-geral dos Serviços de Justiça, em regime de substituição, Prof. Doutor Américo Fernando Brás Carlos, as seguintes competências, no âmbito daquele organismo:

a) Emitir instruções referentes a matérias relativas às competências genéricas do respectivo serviço;

b) Conceder licenças sem vencimento por um ano e licença de longa duração, bem como autorizar o regresso à actividade, nos termos do disposto nos n.ºs 2 do artigo 76.º, 2 do artigo 78.º e 2 do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março;

c) Autorizar a prestação de trabalho nos termos do previsto na alínea d) do n.º 3 do artigo 27.º e no n.º 5 do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto;

d) Rescindir contratos de avença e tarefa;

e) Autorizar a acumulação de funções ou de cargos públicos, nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

f) Instaurar inquéritos e sindicâncias aos serviços, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 85.º do Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro, determinar a suspensão preventiva estabelecida no n.º 1 do artigo 54.º, dando-me conhecimento posterior imediato de todas as decisões tomadas, autorizar a prorrogação dos prazos a que se referem os n.ºs 1 do artigo 45.º e 2 do artigo 87.º e usar da faculdade estabelecida no n.º 4 do artigo 87.º, todos do referido Estatuto;

g) Autorizar o exercício de funções em regime de substituição;

h) Assinar o termo de aceitação ou conferir posse aos funcionários ou inspectores nomeados pelo Ministro da Justiça ou por sua delegação, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro;

i) Co-aprovar os programas das provas de conhecimentos específicos, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

j) Autorizar a celebração de protocolos com organismos públicos da administração central e da administração autónoma, autarquias locais e outras pessoas colectivas públicas e privadas;

l) Autorizar despesas com a aquisição de bens e serviços, até ao limite de € 500 000;

m) Autorizar as despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao limite de € 1 000 000;

n) Aprovar a escolha prévia do tipo de procedimento, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 79.º e no n.º 1 do artigo 205.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, até ao limite de € 500 000;

o) Autorizar o pagamento de encargos de anos anteriores até ao montante de € 200 000;

p) Autorizar a equiparação a bolsheiro no País, nos termos do previsto nos n.ºs 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, e 1 do artigo 8.º do Despacho Normativo n.º 18/2001, de 19 de Abril;

q) Autorizar deslocações ao estrangeiro sem encargos para a Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça ou, tendo encargos, sejam de duração até cinco dias, bem como as que se realizem no âmbito de projectos já superiormente aprovados;

r) Autorizar o pagamento das indemnizações devidas para compensação de danos causados a terceiros, ocasionados em acidentes de viação em que sejam intervenientes veículos da Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 4 de Abril de 2007, ficando por este meio ratificados, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, todos os actos praticados pelo inspector-geral dos Serviços de Justiça, Prof. Doutor Américo Fernando Brás Carlos, no âmbito das competências abrangidas por esta delegação de competências, até à data da sua publicação.

3 de Julho de 2007. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Direcção-Geral de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 17 477/2007

Por meu despacho de 25 de Maio de 2007, na sequência da entrada em vigor da Lei Orgânica da Direcção-Geral de Reinserção Social e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril, e do artigo 60.º do Decreto-Lei n.º 204-A/2001, de 26 de Julho, designei, pelo período de dois anos, os seguintes coordenadores de equipa, por considerar que detêm o perfil adequado à criteriosa gestão das respectivas equipas:

Com efeitos a 1 de Maio de 2007:

Delegação Regional do Norte:

Equipa do Ave — António Duarte Martins Magalhães;
Equipa do Douro — Maria Manuela Mateus Azevedo;
Equipa de Entre Douro e Vouga — Jorge Augusto Mota Fraga;
Equipa de Porto Penal 1 — José Manuel Martins Gomes;
Equipa de Porto Penal 2 — Ana Marina Ribeiro S. Monteiro Costa;
Equipa de Porto Penal 3 — Maria Helena Silva Marques Santos;
Equipa de Porto Penal 4 — Rosa Maria Tavares F. Pinto Freitas;
Equipa de Porto Penal 5 — Alda Maria Lopes A. Madeira;
Equipa de Porto/TE — Maria Leopoldina Moura Santos;
Equipa de Porto EP — Maria Angélica Ferreira M. Pinto Costa;
Equipa do Tâmega — Isabel Maria Martins M. Ferreira Ramos;
Equipa de Alto Trás-os-Montes — Maria Antónia Henriques Machado;

Equipa de Mirandela VE — Salomão Coelho Abreu;
Equipa de Porto VE — Susana M. Silva Gonçalves Pinto Desport;
Equipa do Cávado — Rui Manuel Teixeira Fernandes.

Delegação Regional do Centro:

Equipa do Baixo Vouga — Maria Irene Leite Vidal;
Equipa de Beira Norte — Maria Filomena Ferreira J. A. Silva;
Equipa de Beira Sul — João Manuel Batista Gonçalves;
Equipa de Guarda VE — Paula Maria Moura Madeira;
Equipa de Dão Lafões — Maria da Conceição Martins Pereira;
Equipa do Baixo Mondego 1 — Maria Céu Ferreira Cotrim;
Equipa do Baixo Mondego 2 — Augusto Rosado Neves;
Equipa do Médio Tejo — José Manuel Martins Torres;
Equipa do Oeste — Maria Paula Fernandes Almeida Redondo;
Equipa do Oeste EP — Ana Cristina Teixeira Silva;
Equipa do Pinhal Litoral — Edite de Jesus Mendes;
Equipa de Coimbra VE — Fernando António Batista Fernandes.

Delegação Regional de Lisboa:

Equipa de Lisboa TE 1 — Maria Leonor Gonçalves Fechas;
Equipa de Lisboa TE 2 — Ana Maria Cruz Lavado;
Equipa de Lisboa Penal 1 — Maria da Assunção Carmo Alves;
Equipa de Lisboa Penal 2 — Maria Eugénia Gonçalves Lé;
Equipa de Lisboa Penal 3 — Maria Manuela Paulino Ramos;
Equipa de Lisboa Penal 4 — Maria Margarida Batista Silva;
Equipa de Lisboa Penal 5 — Maria Teresa Teixeira Silva Lagoa;
Equipa de Lisboa Penal 6 — Ana Teresa Violante Calado;

Equipa de Lezíria do Tejo — António Manuel Casca Marques;
Equipa de Lisboa EP 1 — Zulmira Jesus Viana Carvalho;
Equipa de Lisboa EP 2 — Ana Maria Vasconcelos Fonseca;
Equipa de Lisboa EP 3 — Ana Maria Mascarenhas Santos;
Equipa de Setúbal 1 — Sílvia Alexandra Pinto Henriques Silva;
Equipa de Setúbal 2 — Carlos José Duarte Henriques;
Equipa de Setúbal 3 — Paula Maria Gaspar Rodrigues Silva;
Equipa de Setúbal VE — Maria da Conceição Freire Mourato;
Equipa de Lisboa VE — Jorge Manuel Lopes Romão.

Delegação Regional do Alentejo:

Equipa do Alentejo — Maria Filomena Alves Pires;
Equipa do Alentejo Litoral — Zélia Maria Moleiro Chambel Ceia;
Equipa de Alentejo VE — Iolanda Santa Bárbara Neves Cabral.

Delegação Regional do Algarve:

Equipa de Algarve 1 — Maria Aliete Conceição Pedra Cabrita;
Equipa de Algarve 2 — Isa Maria Correia Serôdio Gomes;
Equipa de Algarve VE — Carlos Jorge Baltasar Rosa Silva.

Delegação Regional dos Açores:

Equipa dos Açores — Maria do Natal Almeida Sousa.

Delegação Regional da Madeira:

Equipa da Madeira — Maria Teresa Menezes.

Centro Educativo Padre António de Oliveira:

Equipa de Programas — Sandra Maria Ventura Delgado Borba;
Equipa Técnica Residencial — Ana Paula Cardoso Lapa Barreiros.

Centro Educativo Santo António:

Equipa de Programas — Maria Emília Almeida Monteiro Alves Moreira;
Equipa Técnica Residencial — António Miguel Coelho Viana.

Centro Educativo São Bernardino:

Equipa Técnica Residencial — Maria Filomena Ascensão Marchão de Carvalho Teixeira.

Centro Educativo Alberto Souto:

Equipa Técnica Residencial — Susana Maria Santos Gameiro Matos.

Centro Educativo da Bela Vista:

Equipa de Programas — Maria Carolina Tito Morais Pereira Oliveira Garcia;
Equipa Técnica Residencial — Eva Maria Câmara Pestana Veiga Alves Costa Teixeira.

Centro Educativo do Mondego:

Equipa de Programas — Eugénia Maria Azevedo Ferreira Pereira;
Equipa Técnica Residencial — Alda Isabel Ascensão Fonseca.

Centro Educativo dos Olivais:

Equipa de Programas — Amadeu Firmino Queimadela Baptista;
Equipa Técnica Residencial — Isabel Maria Ribeiro Almeida Campos.

Com efeitos a 1 de Junho de 2007:

Equipa do Pinhal Litoral — Isabel Maria Simão Ferreira Bento Soares;
Equipa de Lezíria do Tejo — Alexandra Maria Oliveira Anísio.

Centro Educativo Navarro de Paiva:

Equipa Técnica Residencial — Paulo Jorge dos Santos Rio.

16 de Julho de 2007. — A Directora-Geral, *Leonor Furtado*.

Despacho (extracto) n.º 17 478/2007

Por meu despacho de 25 de Maio de 2007, na sequência da entrada em vigor da Lei Orgânica da Direcção-Geral de Reinserção Social e ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 126/2007, de 27 de Abril, e do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeei os seguintes dirigentes, em regime de substituição, tendo em vista a abertura de processo concursal e por considerar que têm o perfil adequado à criteriosa gestão da respectiva unidade orgânica:

Direcção intermédia de 1.º grau:

Eva Maria Fernandes — directora de serviços da Área Penal (DSAP);